



Ponto de Vista

Quem ama não mata – 30 anos depois.

Com o lema “quem ama não mata”, há trinta anos, o movimento de mulheres brasileiro levou para as ruas sua indignação e deu visibilidade para a violência contra as mulheres, assunto que passou a ocupar as pautas da imprensa, do universo acadêmico e da agenda governamental. A década de 1980 foi o marco dessa mobilização, que ganhou legitimidade com a proliferação de pesquisas que revelaram a dimensão e a complexidade do problema.

Sem respeitar fronteiras de classe social, de raça/etnia, de religião e de idade, a violência contra a mulher, na maioria dos casos, ocorre no âmbito privado e os principais agressores são os parceiros afetivos. Apesar de invisível e banalizada, a violência doméstica tem recebido grande atenção pela sua gravidade, pois nessas condições as agressões, humilhações, privações e outras formas de violência ocorrem repetidamente e podem se estender por anos, causando graves danos físicos e psicológicos às vítimas, quando não resultam no seu desfecho mais trágico. O impacto da violência sobre a saúde das mulheres tem sido foco de vários estudos que, além de identificar os inúmeros agravos decorrentes da violência, apontam as consequências econômicas e sociais geradas pelo fenômeno.

Em Londrina, assim como em outras cidades do Brasil e do mundo, o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, 25 de novembro, vem sendo marcado por reflexões e debates com o objetivo de sensibilizar a população sobre o assunto e de aprimorar as estratégias de enfrentamento do problema. Desde que o tema foi trazido para o âmbito público, muitas foram as conquistas, como a criação das delegacias especializadas, dos centros de referência e atendimento à mulher e das casas abrigo. Mais recentemente, a aprovação da Lei Maria da Penha trouxe maior rigor na punição dos agressores e instituiu mecanismos de proteção das mulheres, como a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Apesar de todo o empenho do movimento de mulheres para que essas conquistas sejam efetivadas, diariamente nos deparamos com situações de distorções da lei e de resistência à sua aplicação, o que demonstra a influência do machismo presente na sociedade brasileira, que ainda tolera as inúmeras formas de violação dos direitos das mulheres, praticadas cotidianamente tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Essa situação nos mostra que apesar de fundamentais para o enfrentamento da violência, os mecanismos legais são insuficientes para eliminar o problema que tem raízes históricas e que está relacionado à forma como a sociedade determina o lugar social de cada sexo, estabelece papéis e comportamentos diferenciados e promove relações de poder desiguais entre homens e mulheres.

Desde 1986, quando foi criada em Londrina a Delegacia da Mulher, a cidade vem avançando nesta área e hoje conta com uma completa rede de serviços, que ainda encontra dificuldades, mas, que vem se consolidando a cada dia. Nesta gestão, temos investido muito na articulação dos serviços e na capacitação dos profissionais, condições fundamentais para um bom funcionamento da rede e garantia de um atendimento integral e humanizado. No entanto, reconhecemos que para além de garantirmos apoio e proteção às vítimas, o grande desafio imposto à nossa sociedade é a promoção de mudanças culturais no sentido de superação do modelo patriarcal para que as mulheres sejam, de fato, respeitadas e tenham condições de viverem como cidadãs e sujeitos de sua própria história, fazendo valer, o que há muito tempo já se incorporou nos discursos e nas leis. Neste sentido, reconhecemos que ainda temos que avançar muito, sobretudo, na promoção da autonomia econômica das mulheres e na promoção de uma educação não sexista.

Sueli Galhardi
Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres de Londrina